

Disputas pela história contemporânea de Portugal: a polêmica político-historiográfica entre Agostinho de Macedo e Hipólito da Costa

Disputes for the contemporary history of Portugal: the politic-historiographical polemic between Agostinho de Macedo and Hipólito da Costa

André da Silva Ramos *

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Universidade Federal de Ouro Preto
andramos7@gmail.com

Valdei Lopes de Araujo **

Universidade Federal de Ouro Preto
valdei354@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa as disputas pela história contemporânea de Portugal entre Agostinho de Macedo e Hipólito da Costa, que escreveram capítulos alternativos sobre o reinado de D. Maria I em suas reedições da *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*, publicadas respectivamente em 1802 e 1809. Para tanto, será tematizado primeiramente as dinâmicas de compilação e tradução que possibilitaram a emergência desta *História de Portugal*, publicada pela primeira vez em 1788. Por fim, analisa-se como as polêmicas político-historiográficas desencadeadas evidenciam a aceleração do tempo histórico e a impossibilidade da redução da experiência da história de Portugal a narrativas homogeneizadoras em um contexto de crise.

Palavras-chave: História da Historiografia. Historiografia Luso-brasileira. Aceleração do Tempo Histórico. Compilação. Tradução.

Abstract: The article analyzes the dispute for the contemporary history of Portugal between Agostinho de Macedo and Hipólito da Costa, who written alternative chapters for the reign of Queen Maria I in their re-edition of the *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*, published respectively in 1802 and 1809. Firstly, it is recovered the dynamics of compilation and translation that made possible the emergence of this *História de Portugal*, published for the first time in 1788. Furthermore, it analyzes how the polemics that emerged about the contemporary history of Portugal demonstrate the acceleration of the historical time and the impossibility of the reduction of Portugal historical experience into homogeneous narratives in a context of crises.

Keywords: History of Historiography. Luso-Brazilian Historiography. Acceleration of the Historical Time. Compilation. Translation.

Recebido: 12 dez. 2017.

Aprovado: 3 maio 2018.

* Professor Substituto na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com participação no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior na Stanford University. É Pesquisador integrante do Núcleo de História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e membro da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Possui mestrado e licenciatura em História pela UFOP.

** Professor Associado da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Possui doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; mestrado e graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Secretário Geral da SBTHH - Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia.

Introdução

Em face à aceleração do tempo histórico intensificada em meados do século XVIII, a cultura histórica europeia produziu grandes narrativas para significar a profusão de acontecimentos que colocavam em cheque as formas tradicionais de representação. Os conteúdos normativos das narrativas bíblicas e clássicas foram questionados de forma mais sistemática em um contexto no qual se aprofundou as práticas especulativas concernentes à economia de crédito e intensificação da circulação de impressos em escalas globais. A compreensão da impossibilidade da narrativa histórica exercer uma função exemplar atemporal foi impulsionada pela ampliação do contato com costumes, maneiras, sentimentos e objetos afastados no tempo e no espaço, o que foi fundamental para a emergência e sedimentação de formas historicizadas de compreensão da realidade.¹

Análises historiográficas contemporâneas têm demonstrado como os fenômenos da modernização da experiência e da emergência de formas historicizadas de significar o acontecer na passagem do século XVIII para o XIX foram potencializadas pela circulação global de vocabulários histórico-políticos. Tais vocabulários contribuíram para desestabilizar a continuidade, tanto real quanto imaginada, entre presente e passado, ampliando e complexificando o conhecimento sobre as formas variadas e conflitantes de significar o acontecer em um contexto de transformações. Ao serem capazes de articular as interpenetrações desse fenômeno global em múltiplas escalas, as análises recentes demonstram as (des)continuidades do processo de modernização em diferentes espacialidades na Europa e na América.²

O objetivo deste artigo é contribuir para o aprofundamento desse entendimento ao tematizar as transformações nas expectativas do público leitor com relação à experiência da história. Para tanto, partimos da análise de um dos mais relevantes experimentos historiográficos do século XVIII, especialmente em suas conexões com a modernização da escrita da história no mundo lusófono. Pretendemos demonstrar como compreensões historicizadas da experiência da história de Portugal remontam ao projeto editorial britânico da *Universal History*. Publicado em duas partes, uma antiga e outra moderna, entre 1736 e 1768, esse projeto desfrutou de ampla repercussão no cenário ocidental da época, sendo sua emergência e posterior tradução em outros idiomas fundamental para a primeira publicação da *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*, em 1788, e suas reedições em 1802, 1809, 1825 e 1828.³

Primeiramente, caracterizamos o projeto editorial da *Universal History* e sua relação com a prática compilativa e a modernização da experiência histórica, com o intuito de contextualizar a

¹ Para um aprofundamento contextual sobre o processo de modernização da experiência na cultura histórica europeia, Cf.: PHILIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: Princeton University Press, 1997; POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion: Narratives of Civil Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999; KOSELLECK, Reinhart. *O Conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

² Cf.: SEBASTIÁN, Javier Fernández. Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos; PADILLA, Guillermo Zermeño. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750-1850; e, ARAUJO, Valdei Lopes de; PIMENTA, João Paulo. Historia. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, respectivamente, p. 23-45; 551-579; 593-604.

³ A partir de agora *História de Portugal*, seguido da indicação das respectivas edições.

compilação por Antônio de Moraes Silva da *História de Portugal*. Em seguida, desdobramos a análise de como a compilação de Moraes Silva foi apropriada por projetos editoriais conflitantes. Dessa forma, o objetivo central deste artigo será demonstrar como as edições da *História de Portugal* empreendidas por Agostinho de Macedo e Hipólito da Costa, respectivamente em 1802 e 1809, historicizaram, de formas distintas, a realidade. Exploramos como esses letrados, em duas edições diferentes dessa obra, escreveram capítulos alternativos e conflitantes na disputa pela significação do reinado de Dona Maria I. Nosso objetivo será demonstrar como em um tempo caracterizado pela constante aceleração, perda da normatividade do passado e expansão das incertezas com relação ao futuro, tornou-se polêmica a experiência da história de Portugal a partir de uma única narrativa homogênea, apesar da exigência que a mesma não se limitasse mais a um mosaico de histórias desconexas e justapostas. A nova demanda historiográfica exigiu maior integração das partes, fenômeno que deixava em aberto a constante possibilidade da reescrita da história.⁴

1. Da *Universal History* à *História de Portugal*: Antônio de Moraes Silva

Contemporaneamente, podemos vislumbrar a importância do projeto editorial da *Universal History* e sua fortuna crítica para a circulação do conhecimento histórico nos séculos XVIII e XIX.⁵ A possibilidade de subscrição da obra foi anunciada pela primeira vez na imprensa britânica no periódico *Monthly Chronicle*, em 1729. Entre 1736 e 1744, a primeira parte da *Universal History* (História Antiga) viria à luz, sendo a segunda (História Moderna) publicada somente entre 1759 e 1765. As mudanças constantes com relação aos financiadores antes mesmo da publicação do primeiro volume indicam o caráter de risco do empreendimento historiográfico.⁶ Entretanto, o fato da *Universal History* ter sido utilizada como fonte de consulta para muitos artigos da *Encyclopédie* e obras como *Decline and Fall of The Roman Empire*, de Gibbon, e *Essai sur les Moeurs*, de Voltaire,

⁴ Para o aprofundamento da leitura em análises que também exploraram as questões que serão desenvolvidas neste artigo, abrangendo as múltiplas conexões e tensões historiográficas entre Grã-Bretanha, França, Portugal e Brasil, em contextos nos quais a modernização da experiência histórica não prescindiu das dinâmicas da tradução e da prática compilativa, cf.: MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. São Paulo: Paco Editorial, 2013; ARAUJO, Valdeci Lopes de; RAMOS, André da Silva. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na *Universal History*. *Almanack*, v. 10, p. 479-491, 2015; ARAUJO, Valdeci Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 364-400, 2015; RAMOS, André da Silva; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Narrativas sobre a experiência da história contemporânea do Império Luso-Brasileiro: Hipólito da Costa e Francisco Solano Constâncio (1808-1810). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 463, p. 13-37, abr.-jun. 2014; RAMOS, André da Silva. Tradução em debate: disputas pela história literária de Portugal entre Robert Southey e João Guilherme Cristiano Müller. *Revista Artcultura*, v. 35, p. 142-155, jul.-dez. 2017.

⁵ Cf.: ABBATISTA, Guido. The Business of Paternoster Row: towards a Publishing History of the "Universal History" (1736-65). *Publishing History*, n. 17, p. 5-50, 1985; ABBATISTA, Guido. The English Universal History: Publishing, authorship and historiography in an European Project (1736-1790). *Storia della Storiografia*, n. 39, p. 103-108, 2001; ZANDE, Johan Van der. August Ludwig Schlöser and the English Universal History. In: BERGER, Stefan; LAMBERT, Peter; SCHUMANN, Peter. *Historikerdialoge: Geschichte, Mythos und Gedächtnis Im Deutsch-britischen Kulturellen Austausch 1750-2000*. Göttingen: Vandenhoech Ruprecht, 2003, p. 135-156; LINK, Anne-Marie. Engraved Images, the Visualization of the Past, and Eighteenth-Century Universal History. *Érudit*, n. 25, p. 175-95, 2006; BAÁR, Monica. From general history to national history: the transformations of William Guthrie's and John Gray's: A general History of the World (1736-1765) in continental Europe. In: STOCKHORST, Stefanie (ed.). *Cultural Transfer through Translation*. Amsterdam-New York, 2010, p. 63-82; ARAUJO, André de Melo. Tradução Ilustrada: imagens da História Universal Inglesa e de suas edições europeias no século XVIII. *História da Historiografia*, n. 26, p. 69-100, jan.-abr. 2018.

⁶ ABBATISTA, Guido. The Business of Paternoster... *Op. cit.*, p. 12.

evidenciam o sucesso editorial alcançado, sedimentado pelas traduções para a língua alemã, francesa e italiana.⁷ A propósito do sucesso editorial da versão inglesa, André de Melo Araújo afirma: “ao longo do século XVIII, a lista de assinantes da *Universal History* é numericamente inferior apenas àquela da Enciclopédia francesa”.⁸

Muitos dos escritores reunidos pelos editores eram letrados de “segunda importância” no cenário literário britânico. Esses letrados eram remunerados mais pela quantidade do seu trabalho do que pela originalidade de sua expressão ou ideia.⁹ Todavia, alguns autores renomados fizeram parte desse empreendimento, como o arabista George Sale e Tobias Smollett. O grupo também contou com o escritor escocês de relativo sucesso e talento, John Campbell (1708-1775), que era tido como um dos mais bem sucedidos no mercado editorial britânico. Na parte moderna da *Universal History*, Campbell ficou responsável, dentre outras partes, pela compilação da seção dedicada à História de Portugal.¹⁰

O trabalho de compilação realizado por Campbell e pelos demais membros do grupo de letrados ligados ao projeto pressupunha os seguintes procedimentos: a) “tradução” de antigas crônicas e textos originais (grego, latim, árabe, diversas línguas vernáculas). b) a seleção crítica do material presente nessas fontes. Esse processo crítico envolvia o estabelecimento dos fatos por comparação entre autoridades, razoabilidade e consistência das fontes.

A compilação da forma como empregada na *Universal History* atendeu diretamente ao objetivo dos editores de revisar em escala inédita o caráter tradicional das Histórias Universais, que possuíam na unidade do mundo cristão e de sua história providencial uma de suas bases.¹¹ O projeto britânico nasce da constatação da insuficiência desses modelos, buscando novas direções, que serão aqui brevemente sumarizadas, tendo como guia as análises empreendidas por Guido Abbatista:

1. O planeta, e não a cristandade torna-se a unidade de referência dessa história. Os editores esforçaram-se para produzir a história de todos os países conhecidos nos diversos continentes, mesmo na parte antiga, há uma tentativa consciente de ir para além da geografia bíblica. Portanto, um primeiro traço modernizante do projeto é a ampliação espacial da história que passa virtualmente a coincidir com uma história do mundo.

2. Embora iniciem pela parte antiga, o projeto em sua segunda fase avança para o mundo moderno mantendo a mesma pretensão de exaustividade da parte anterior. Também a dimensão cronológica é expandida, dando à história moderna a mesma dignidade da antiga e procurando unificar essas diversas histórias em um mesmo horizonte cronológico.

3. O projeto só foi possível pela existência inédita de um mercado editorial em acelerada expansão. O capitalismo editorial permitia e exigia novos conteúdos para um novo público. Um público, por exemplo, não familiarizado com o latim como língua de cultura, que estava tanto ávido por acolher a nova forma do romance, quanto precisava educar-se e entreter-se com o legado histórico da humanidade.

⁷ ABBATISTA, Guido. The Business of Paternoster... *Op. cit.*, p. 5; 16.

⁸ ARAÚJO, André de Melo. Tradução Ilustrada... *Op. cit.*, p. 73.

⁹ *Ibidem*, p. 8.

¹⁰ *Dictionary of National Biography*. Vol. 8. London: Smith, Elder & Co. 1885-1900, p. 375.

¹¹ ABBATISTA, Guido. The Business of Paternoster... *Op. cit.*, p. 18-19.

4. Como essas histórias foram produzidas com fontes tão diversas e para leitores variados, o resultado alcançado foi bastante heterogêneo. As grandes linhas das histórias dinásticas são mantidas como grade para as histórias nacionais, respeitando-se, em grande medida, uma definição clássica dos conteúdos, prioritariamente político-militar. Isso ao lado da presença de práticas eruditas, materializadas no cuidado crítico, ou na apresentação minuciosa das notas de referência às autoridades no fim das páginas. Não está ausente certo esforço de compreensão narrativo-filosófica de processos, assim como a ampliação do anedótico, do curioso e do individual.

O caráter heterodoxo do projeto editorial da *Universal History* certamente definiu sua relativa autonomia com relação ao feitiço mais sisudo das academias ilustradas, que também adotando as técnicas da erudição produziam uma variedade historiográfica mais amarrada pelo decoro clássico e monárquico, voltada para um auditório igualmente erudito, nobilitado ou semi-especializado, no qual as longas e eruditas dissertações eram a base para a escrita de histórias gerais, eclesiásticas e-ou civis, muitas ainda prioritariamente escritas em latim. As distintas condições de autonomia e produção dessas variedades explicam porque, ao final do XVIII, em Portugal foi preciso recorrer à *Universal History* para se obter uma versão “moderna” de sua história nacional, apesar da existência e do trabalho das academias.¹²

A seção que contém a História de Portugal na *Universal History* foi publicada no volume 22, em 1760, sendo a narrativa da obra encerrada no ano de 1714, não abarcando, portanto, os eventos contemporâneos.¹³ Já em 1741 a parte antiga da obra começou a ser publicada em língua francesa em uma versão editada em Amsterdam, atribuída à Guillaume Thomas François Raynal (1713-1796). A partir de 1779, uma nova versão em língua francesa começou a ser publicada em Paris editada por Nicolas-Léger Moutard (1742-18??), sendo a parte moderna da obra traduzida do original e aumentada.¹⁴ O tomo que contém a História de Portugal foi publicado em 1785, sendo ele a base da primeira tradução para o português feita por Moraes Silva. Na versão francesa são acrescentados novos capítulos com eventos da história de Portugal até o ano de 1760 e um capítulo introdutório intitulado *Description Du Royaume de Portugal: Origine, splendeur e décadence de cette Monarchie*, ao gosto dos grandes ensaios de especulação filosófica sobre história.¹⁵

Moraes Silva traduziu a obra a partir da versão francesa, incorporou o seu capítulo introdutório e continuou o relato do reinado de Dom José I até a sua morte no ano de 1777. Outras edições viriam em 1802, 1825 e 1828.¹⁶ A primeira edição foi liberada pela censura e impressa pela Academia Real de Ciências de Lisboa. O tradutor escreveu no prefácio que a história de Portugal não podia contar somente com as “leves tinturas”, que se podia tirar dos “antigos compêndios”,

¹² Cf.: KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004; NICOLAZZI, Fernando F. Entre “letras & armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira do século XVIII. *Almanack Braziliense*, v. 11, p. 40-51, 2010; SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹³ *The Modern Part of an Universal History, from the Earliest Account of Time*. Compiled from Original Writers. By the Authors of the Ancient Part. Vol. XXII. London: Printed for T. Osborne [etc.], 1760.

¹⁴ MANN, M. L'Abbé. *Dissertation sur L'Histoire Universelle [...]*. A Bruxelles: Mathieu Lemaire, Imprimeur-Libraire, Rue de la Magdelaine, près l' Hotel d' Anglaterre, 1780, p. 25-26.

¹⁵ Description du Royaume de Portugal: origine, splendeur e décadence de cette monarchie. In: *Histoire Universelle [...]*. Paris: Moutard [...], 1885, p. 1-24.

¹⁶ RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A Tradução em Portugal*. Vol. 1: 1495-1834. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 254; 358; 369.

tornando-se necessário uma compreensão histórica mais ampla sobre o processo de formação do reino.¹⁷ O decoro narrativo e a erudição coexistiram em relativa harmonia no corpo do texto. Entretanto, em algumas notas de rodapé o caráter normativo das narrativas centradas nos feitos político-militares de príncipes e monarcas era dissolvido ao se colocarem em dúvida a credibilidade das obras dos cronistas utilizadas como fonte.¹⁸ De forma geral, as especulações filosóficas estão atenuadas no corpo do texto principal.

Por sua vez, no capítulo introdutório o afastamento dos horizontes históricos dos cronistas em relação ao presente é reiterado logo no primeiro parágrafo, abrindo o amplo caráter de síntese filosófica do texto.¹⁹ A incerteza das origens mitológicas fundadas na tradição bíblica narrada pelos cronistas é evidenciada na exposição dos múltiplos povos que habitaram os domínios geográficos de Portugal ao longo do tempo.²⁰ Um esforço de sistematização filosófica dá o tom, que expõe as causas políticas, econômicas e sociais da ascensão e queda de Portugal.

No geral, a *Descrição* apresenta a imagem de um reino decadente, que somente após o ministério do Marques de Pombal passaria a ter uma relativa independência econômica, já que os "benefícios" que o mesmo trouxe à pátria tornam desculpável o "despotismo com que governou".²¹ No entanto, a atuação de Pombal não foi capaz de fazer a nação superar os entraves de um "exemplo inaudito de tanta pobreza Nacional".²² Os "sábios regulamentos" do Ministro permitiriam a superação das dificuldades do reino caso não sobreviesse sobre Portugal "a terrível catástrofe de 1755" com o terremoto.²³

Apesar de Moraes Silva não ter se manifestado sobre estas críticas, quando a Inquisição tornou-se o alvo o tradutor se posicionou no prefácio e em notas de rodapé à *Descrição*. Silva destacou no prefácio como o Tribunal da Inquisição em sua configuração presente não significava um obstáculo ao desenvolvimento do reino. Assim, o tradutor expõe que as penas dessa instituição foram aplicadas com "brandura e humanidade" nos reinados de Dom José I e Dona Maria I, caracterizando "a regularidade, com que naquele reto Tribunal se procede, principalmente em virtude do novo Regimento".²⁴

Moraes Silva procurou demonstrar como a Inquisição ao invés de se opor ao avanço de Portugal atuava na reabilitação dos réus de lesa majestade, que em outras nações eram condenados à morte. Silva ressalta a importância histórica da instituição para o reino ao demonstrar a sua atuação decisiva para a manutenção da unidade da monarquia nos "calamitosos tempos da pretensa Reforma", no qual inúmeras guerras de religião se desencadearam pela Europa. Dessa forma, a introdução da Inquisição "teve efeitos melhores, do que foram prejudiciais algumas imperfeições, que não deixam de entrar em todas as obras humanas".²⁵ Segundo Moraes

¹⁷ MORAES SILVA, Antonio. Prefácio do Tradutor. In: *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*. Traduzida em vulgar com as adições da versão francesa e notas do tradutor português, Antonio Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1788, p. 1.

¹⁸ *Ibidem*, p. 125.

¹⁹ MORAES SILVA, Antonio. *Descrição do Reino de Portugal: origem, esplendor e decadência desta monarquia*. In: *História de Portugal... Op. cit.*, p. 1-2.

²⁰ *Ibidem*, p. 2.

²¹ *Ibidem*, p. 21.

²² *Ibidem*, p. 30.

²³ *Ibidem*, p. 31.

²⁴ MORAES SILVA, Antonio. Prefácio do Tradutor. *Op. Cit.*, p. 1-2.

²⁵ *Ibidem*, p. 3.

Silva, a natureza humana estava sujeita ao erro, não podendo ser poupado o Tribunal da Inquisição de críticas, contudo, ao serem descobertos os equívocos dessa instituição, os mesmos foram corrigidos, não podendo haver dúvidas “[d]o quanto a bondade e clemência da nossa Augusta e Piíssima [sic] Rainha têm influído na brandura e humanidade com que hoje se procede nas Inquisições deste Reino”.²⁶

O tradutor defende a Inquisição expondo que no passado ela esteve encerrada em excessos e barbaridades análogas às cometidas em outras nações da Europa, e que no presente ela era uma prova da capacidade dos monarcas portugueses em realizar reformas e superar entraves ao progresso civilizacional. Apesar da tonalidade ambivalente da sua defesa da Inquisição, os argumentos de Moraes Silva podem ser compreendidos como forma de eliminar as dúvidas sobre o potencial da monarquia na promoção do progresso do reino.²⁷ Essa mediação visava equilibrar as demandas cosmopolitas por sincronização histórica com as particularidades das instituições de Portugal, o que definia sua adequação aos projetos reformistas ilustrados em vigor no reino.²⁸

2. Duas versões, uma mesma história? Os relatos de Agostinho de Macedo e Hipólito da Costa

Após a edição de 1788, outras foram publicadas no reino, especificamente nos anos de 1802, 1825 e 1828, o que demonstra o relativo sucesso da obra junto ao público letrado lusófono.²⁹ Apesar dos acréscimos realizados, essas edições mantiveram a estrutura compilada por Moraes Silva. Na edição de 1802 foi acrescentado um último capítulo sobre o reinado de Dona Maria I, escrito por José Agostinho de Macedo (1761-1831). Na Inglaterra, Hipólito José da Costa (1774-1823) editou uma nova versão em 1809, igualmente mantendo a base compilada por Moraes Silva, mas substituindo o capítulo inserido por Macedo por outro de sua autoria. Apesar do seu relativo esquecimento pelos estudos historiográficos contemporâneos, as polêmicas desencadeadas a propósito do reinado de D. Maria I evidenciam a importância dessa obra para a cultura histórica luso-brasileira.³⁰

Agostinho de Macedo é marcado por sua biografia controversa, especialmente devido a tensão pública provocada pela sua simultânea atuação eclesiástica e desfrute de relacionamentos amorosos. Além das inúmeras disputas literárias que se envolveu ao longo da sua vida, foi um defensor ostensivo do absolutismo monárquico, tendo polemizado com os ideais de caráter

²⁶ MORAES SILVA, Antonio. Prefácio do Tradutor. *Op. Cit.*, p. 3.

²⁷ Para um aprofundamento sobre a relação biográfica controversa de Moraes Silva com a Inquisição, cf.: BAIÃO, Antônio. *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tipografia do Anuário do Brasil, 1924, p. 101-122; MENEGAZ, Ronaldo. Antônio de Moraes Silva. *Revista Convergência Lusíada*, Real Gabinete de Leitura, Rio de Janeiro, n. 24, 2.º sem. 2007, p. 337-341; BARATA, Alexandre Mansur. Libertinos, Afrancesados e Pedreiros-Livres. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: UFJF, 2006, p. 31-80.

²⁸ Para um aprofundamento sobre o empenho dos projetos reformistas ilustrados em superar a decadência da nação, cf.: SILVA, Ana Rosa Clodet. *Inventando a Nação: Intelectuais e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. Hucitec: São Paulo, 2006.

²⁹ RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A Tradução em Portugal*. *Op. cit.*, p. 254; 358; 369.

³⁰ Para a evidência contemporânea do esquecimento da obra em questão e as incertezas sobre sua autoria, cf.: MACEDO, Jorge Borges de. A Propósito do Centenário da Aliança Luso-Britânica. A historiografia britânica sobre Portugal. *Separata de Palestra*, n. 42. Lisboa: [s.n.], 1973, p. 18.

maçônicos, constitucionalistas e liberais nos jornais *O Espectador Português*, *Jornal Enciclopédico de Lisboa* e *Gazeta Universal*. Posteriormente, sua oposição ferrenha aos liberais e apoio a Dom Miguel foi intensificada nos periódicos *a Besta Esfolada* (1828-1831) e *O Desengano* (1830-1831).³¹ Hipólito não passou incólume às duras críticas de Agostinho de Macedo, que polemizou de forma cáustica com os editores dos periódicos de emigração impressos em Londres críticos ao absolutismo monárquico.³²

Por sua vez, Hipólito da Costa era maçom e alinhado com proposições políticas de caráter liberal, consonantes ao monarquismo constitucional, que de forma moderada não argumentava favoravelmente à plena destituição de poderes do rei.³³ Perante tal incompatibilidade, as polêmicas entre Hipólito da Costa e Agostinho de Macedo estiveram presentes nas páginas do *Correio Brasiliense*,³⁴ periódico que foi editado em Londres por Hipólito entre 1808 e 1822, no qual o letrado defendeu a regeneração do Império Luso-brasileiro a partir do seu novo centro, o Brasil. Isabel Lustosa sintetiza o projeto político secundado por Hipólito da Costa no periódico, que fazia oposição aos ideais monarquistas de caráter absolutista comumente advogados por Agostinho de Macedo:

Uma reforma do Estado a partir do modelo político britânico, conduzida por um monarca ilustrado e tolerante como D. João, era o que nos convinha. E a oportunidade estava ali: era o caso de aproveitar-se a mudança da sede do governo de Lisboa para o Rio de Janeiro, torna-la definitiva e promover a reforma da monarquia portuguesa adaptando-a à moderna realidade política que seria, daí em diante, essencialmente constitucional.³⁵

A propósito da *História de Portugal*, Agostinho de Macedo e Hipólito da Costa divergem no tocante ao sentido do tempo presente em Portugal, sendo o relato memorialístico de ambos problematizadores do percurso histórico do reino em perspectiva diacrônica. O relato histórico contemporâneo de ambos é perpassado por uma compreensão macronarrativa sobre o processo de formação histórica de Portugal, que colocava em questão as causas dos progressos e decadência da nação. Diante de uma perspectiva histórica geral e sintética sobre o processo formativo do reino,

³¹ Cf.: SOUZA, Jorge Pedro. O advento da crítica ao jornalismo em Portugal: O caso de José Agostinho de Macedo. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, 2009, p. 1-27. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-advento-sousa.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2017; SOUZA, Jorge Pedro. Liberdade de Imprensa em Portugal: José Agostinho de Macedo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, ano V, n. 2, p. 69-80, jul.-dez. 2008. A importância de Agostinho de Macedo enquanto polemista passa necessariamente pela sua atuação nos periódicos e em cargos públicos, assim como a sua participação em sociedades literárias. Nesse sentido, Inocêncio Francisco da Silva sintetiza a ampla atuação social do letrado: "Foi pregador Régio nomeado em 1802, Censor do Ordinário nos de 1824 a 1829, Sócio da Arcádia de Roma, e da efêmera Academia de Belas-letas de Lisboa, com o nome de Elmiro Tagideo; Deputado substituto às Côrtes ordinárias de 1822 pelo círculo de Portalegre; e finalmente nomeado pelo sr. D. Miguel substituto Cronista do reino em 21 de Junho de 1830". SILVA, Inocêncio Francisco da. P. José Agostinho de Macedo. In: *Dicionário Biográfico Português*. Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 183. Para um aprofundamento biográfico pelo mesmo autor, cf.: SILVA, Inocêncio Francisco da. *Memórias para a vida íntima de José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1899.

³² TENGARRINHA, José. Hipólito em Londres: jornalismo de convergências e de confrontos. In: *Observatório de Imprensa*, n. 230, 24 jun. 2003, s/p.

³³ Cf.: FERREIRA, João Pedro Rosa. O pensamento político de Hipólito da Costa. *Cultura*, v. 22, p. 1-18, 2006.

³⁴ Cf.: COSTA, José Hipólito da. Os Sebastianistas por José Agostinho de Macedo. 2º a refutação deste folheto e 3º a impugnação imparcial do mesmo. In: *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, v. 4, n. 24. Londres: Lewis, Paternoster-row, maio 1810, p. 453-459. Cf.: COSTA, Hipólito da. Correspondência. In: *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, v. 17, n. 102. Londres: por Lewis na oficina do Correio Brasiliense [...], 1816, p. 685-687.

³⁵ LUSTOSA, Isabel. *Correio Brasiliense (1808-1822): a imprensa Brasileira nasceu inglesa e liberal*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 442.

ambos julgaram-se autorizados a narrar a singularidade do presente em relação às épocas passadas. Esta tarefa exigiu a composição de um relato histórico-memorialístico sobre o reinado de D. Maria I que averiguasse as condições sociais que possibilitaram as transformações e permanências ocorridas no reino. De certo modo, os novos capítulos aproximavam-se mais do gesto histórico-filosófico da *Description* apresentada como introdução.

No capítulo *História do Reinado da fidelíssima Rainha D. Maria I nossa Senhora*, Macedo teve a intenção de afirmar a singularidade do governo dessa soberana com relação aos seus antecessores, expondo como se tornou glorioso não pelo cultivo de virtudes bélicas e sim pelas “virtudes pacíficas” que possibilitaram a efetivação da prosperidade vigente.

Não temos que expor aos olhos do mundo a glória de um conquistador, quase sempre funesta a vencidos e vencedores. Não continuadas guerras, que ainda que de um êxito feliz, nunca deixam depois de si utilidades, que possam ressarcir os males, que causaram; mas virtudes pacíficas, vistas profundas sobre a felicidade da Nação, em fim vantagens verdadeiramente reais tão capazes de honrarem um legislador sábio, como de entreterem as especulações do Filósofo, do Político, e do verdadeiro amigo dos homens.³⁶

O passado da nação narrado nos capítulos da *História de Portugal* compilada por Moraes Silva era reprovado ou diminuído pelo relato de Agostinho de Macedo, pois os feitos militares não deixavam de ser o principal foco daquelas histórias. As consequências desses males teriam sido superadas no presente pelas “virtudes pacíficas” da rainha, a promotora da “felicidade da Nação”. Somente o passado próximo era julgado como digno de exaltação, especificamente o reinado de D. José I, que era compreendido como uma ruptura histórica, continuada e aperfeiçoada, por sua vez, no reinado de D. Maria I.³⁷

O desenvolvimento do comércio, da marinha, da agricultura, das ciências, das artes liberais foi fundamental para que D. José I desterrasse a “barbaridade” e estabelecesse “os justos limites entre o sacerdócio e o Império”. No entanto, apesar de ter lançado os “alicerces” desse edifício e juntamente com seu ministro Marques de Pombal promovido a “felicidade da Nação”, a conclusão de tão grandiosos projetos ficaram sob a tutela da rainha D. Maria I. Essa rainha não deixou de seguir o exemplo de D. José, pois observou “as máximas sábias e seguras por que seu Augusto pai se havia conduzido, não se arredando um só passo daqueles prudentíssimos ditames”.³⁸ Ao conceder a demissão ao Marques de Pombal, contratou novos ministros, “não menos hábeis, não menos experimentados, e infatigáveis”.³⁹ Tais ministros são concebidos como “colunas firmíssimas,

³⁶ MACEDO, José Agostinho de. *História do Reinado da Fidelíssima Rainha D. Maria I nossa senhora*. In: *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*. Traduzida em vulgar com as adições da versão francesa e notas do tradutor português, Antônio Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Tomo IV. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1802, p. 75-76.

³⁷ A compreensão do caráter de ruptura do reinado de D. José I é sintetizado da seguinte forma: “nós lhe podemos chamar o criador de uma nova Monarquia, pelas sábias leis que promulgou, pelo estado de respeito, e independência, em que constituiu a Portugal, providenciando a todos os objetos, que podem tornar florente um Império; dilatou o comércio, engrandeceu a marinha, ampliou as conquistas, deu nova disciplina às tropas, honrou e favoreceu a agricultura, as artes liberais e mecânicas, promoveu as ciências, desterrou a barbaridade, constituiu os justos limites entre o sacerdócio e o Império, defendeu a religião, deprimiu o orgulho e a prepotência, solidificou em firmíssimas bases a tranquilidade pública, deu uma nova forma à polícia, fez respeitar as leis e os ministros, ampliou a ordenação com sábios decretos, promoveu em todos os pontos a indústria nacional. Conheceu que era rei e desempenhou o seu caráter. Mas este grande edifício a que ele lançou os alicerces, não chegou a seu complemento, porque a morte atalhou seus grandes projetos”. *Ibidem*, 1802, p. 78-79.

³⁸ *Ibidem*, p. 80.

³⁹ *Ibidem*, p. 81.

que sustentam os tronos e que formam a sua glória, quando neles concorrem o desinteresse, a ciência, a virtude, o uso dos negócios, o conhecimento profundo da política”, sendo essas características fundamentais para “se manter o equilíbrio do mundo civil e um sólido e inalterável patriotismo”.⁴⁰ Dessa forma, Agostinho de Macedo descreve as bases virtuosas de um edifício, os fundamentos do “quadro magnífico do Império Lusitano”, herdado e aperfeiçoado por D. Maria.

Com tais Ministros começou a Rainha a carreira a seu Reinado, procurando preencher as vistas e as disposições do rei seu pai: a forma de governo a que este grande Monarca havia dado princípio, foi aperfeiçoado pela sua sucessora, o quadro magnífico do Império Lusitano tinha sido deixado em esboço, era preciso conduzi-lo à última perfeição e começar pela paz que é o fundamento da prosperidade das Monarquias e o principio daquele comércio florescente, que as torna respeitáveis e opulentas.⁴¹

Em meio às guerras na Europa e na América, Agostinho de Macedo destaca a importância de Portugal ter conseguido manter-se neutro, possibilitando que os portos do reino ficassem abertos a todas as nações. O letrado afirma que “nunca se viu neste Reino um comércio mais florescente”, podendo caracterizar-se “está Época a de maior felicidade e abundancia para o Reino, considerado como uma potência marítima e mercantil”.⁴²

A narrativa de Macedo apresenta-se enredada ao que Pocock denominou de linguagem do humanismo comercial. Essa linguagem teria sido decisiva para a reconfiguração da virtude no século XVIII, que não poderia ser mais confundida com a concepção clássica, limitada à valorização dos feitos político-militares dos homens públicos. Segundo o autor, a dualidade antiga entre o público e o privado que sustentava a autoridade da virtude republicana clássica redefiniu-se em face à expansão das demandas sociais, que aglutinava aos interesses do Estado questões relativas à domesticidade. Assim, o bem-estar cotidiano de homens e mulheres tornou-se uma questão política de suma importância, pois a sociedade civil foi investida do direito ao acesso a objetos e informações, que circulavam através do comércio e da imprensa.⁴³ Segundo Pocock, “a psicologia da época afirmava que encontros com coisas e pessoas evocavam paixões e as refinavam, transformando-as em maneiras”, sendo a “preeminente função do comércio refinar as paixões e polir as maneiras”.⁴⁴ Nesse sentido, “um direito às coisas se tornava um caminho para a prática da virtude, já que a ‘virtude’ podia ser definida como a prática e o refinamento das maneiras”.⁴⁵

Essa redefinição da virtude no século XVIII impulsionada pela linguagem do humanismo comercial vigora nos argumentos apresentados na narrativa de Agostinho de Macedo. O comércio é compreendido como motor do desenvolvimento Imperial, o que demandava da rainha “todos os seus cuidados”. Em face dessa perspectiva, tornou-se fundamental favorecer o desenvolvimento

⁴⁰ MACEDO, José Agostinho de. História do Reinado... *Op. cit.*, 1802, p. 81.

⁴¹ *Ibidem*, p. 83.

⁴² *Ibidem*, p. 87-88.

⁴³ Pocock diferencia a imutável “virtude republicana clássica”, por ser inscrita na ordem natural, da cambiável “virtude moderna”, em face à disseminação do comércio e possibilidade de expansão do foro íntimo: “Montesquieu y otros teóricos sociales deberán concluir que la virtud espartana, romana o gótica, fundada en la posesión de la tierra por individuos austeramente independientes, era de una dureza inhumana y que solo con la expansión del comercio y las artes los hombres se socializaron y llegaron a adquirir la capacidad necesaria para poder albergar sentimientos como la confianza, la amistad y el amor Cristiano”. POCOCK, J. G. A. *El Momento Maquiavélico: el pensamiento político florentino y la tradición republicana Atlántica*. Madrid: Editorial Tecnos, 2002, p. 532.

⁴⁴ POCOCK, J. G. A. Virtudes, Direitos e Maneiras. In: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 97.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 98.

das colônias, especialmente na América, impulsionando o crescimento da produção, o que foi decisivo para que Lisboa se tornasse o "Empório comum de toda a Europa".⁴⁶

Neste esboço de um reinado exemplar não poderia faltar os cuidados de D. Maria para com todas as partes do Império. Novas leis e medidas administrativas foram promulgadas para que o comércio da Índia não perdesse sua pujança. A respeito das possessões na América, ressalta o cuidado para com os "povos" ao serem concedidos "privilégios", "isenções", "honras", que possibilitaram o aumento da produtividade e do patriotismo, fundamentais para a manutenção da unidade Imperial. Dessa forma, a exemplaridade do Império emanava da rainha, que promovia o progresso não somente no reino de Portugal, como também nas colônias. Assim, as virtudes ressaltadas se demonstram distanciadas de ideais bélicos e de dominação, sendo ressaltada sua capacidade de promover o progresso e grandiosidade do Império através da manutenção da paz e dinamização comercial.⁴⁷

O sentido histórico do reinado de Dona Maria fundava-se em sua capacidade de promover o progresso de todo o Império, tendo em vista a consolidação dos benefícios sociais estendidos para todos os povos que o constituíam. Tal desenvolvimento em escala global tornou-se possível devido às virtudes legislativas da rainha, que adaptava a antiga legislação portuguesa às mudanças dos "costumes" e "dos tempos", tendo em vista o fato de Portugal ter se tornado uma nação mais "iluminada" no presente:

A Rainha foi sempre infatigável, e cuidou em assinalar o seu reinado com fatos memoráveis. Conheceu, que de boa ou má legislação depende a felicidade ou a desventura doméstica da Monarquia. Tem Portugal uma ordenação, que tem sido obra de muitos Monarcas, e de muitos séculos, é sábia, é prudente, é profunda, e dá a conhecer a vastidão do gênio português, e a sua aptidão para tudo, uma vez que se resolva; porém é certo, que a Legislação varia em proporção dos costumes, e dos tempos, e mudando o estado político de uma Nação, mais iluminada está nos conhecimentos, nas artes, nas ciências, no comércio e na agricultura, necessita de novas leis, ou de reforma nas antigas, e é este o cuidado mais próprio, e mais digno de um soberano zeloso do bem e de seus vassallos.⁴⁸

Agostinho de Macedo expõe como os avanços alcançados no reinado de D. Maria demandaram a criação de "novas leis" ou mesmo a "reforma das antigas", pois Portugal era agora uma nação mais "iluminada" nos "conhecimentos, nas artes, nas ciências, no comércio e na agricultura". Perante esse amplo quadro ideal, o letrado escreve que "não necessitam já os portugueses de auxílios estranhos para ombrearem com as mais polidas Nações da Europa".⁴⁹ As instituições criadas pela rainha foram fundamentais para a realização desses progressos jamais vistos anteriormente. Em especial, Macedo menciona os trabalhos da Academia Real de Ciências de

⁴⁶ POCKOCK, J. G. A. Virtudes, Direitos e... *Op. cit.*, p. 92. Nesse sentido, Agostinho de Macedo escreve: "A Rainha sem se apartar dos vestígios do seu pai, antes aumentando mais e mais a grande obra, que ele havia começado e conhecendo as utilidades que o comércio podia trazer para Portugal, cuidou na sua extensão e conservação. Promulgou novas leis e sem desamparar o comércio da Índia Oriental, de que os portugueses em outro tempo tinham sido os únicos possuidores, enviou naqueles remotos países novas ordens, regulando tudo com admirável prudência na nomeação de vice-Reis e Capitães Gerais daquele estado. Mas como as produções da América são muito mais abundantes, mais úteis, mais lucrativas e não comuns às outras Nações comerciantes e marítimas, ainda que estas conservem possessões naquele continente no novo mundo, aplicou para aqui todos os seus cuidados. Privilégios, isenções, honras, tudo foi aumentar a indústria, o zelo, o patriotismo naqueles povos, de maneira que nunca com mais abundância e riqueza extraíram dali aqueles gêneros, que no reinado desta soberana fizeram de Lisboa o Empório comum de toda a Europa". MACEDO, José Agostinho de. História do Reinado... *Op. cit.*, 1802.

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Ibidem*, p. 93-94.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 123.

Lisboa, responsáveis por estabelecer o “conceito” que se deve ter do “Gênio” e da “Literatura Nacional” ao “produzir abundantes e copiosos frutos de ciências, de gosto e de utilidade”.⁵⁰ Segundo o letrado, os progressos contemporâneos de Portugal eram obscurecidos pelos viajantes estrangeiros, sendo a Academia estabelecida para superar tais perspectivas errôneas sobre a nação.⁵¹

Os membros da Academia seriam responsáveis por desmentir “o falso conceito” que os viajantes estrangeiros faziam de Portugal, porém, esse combate não estava fundado na afirmação da singularidade do reino em oposição às demais nações polidas da Europa. Era função dos membros da Academia viajarem para o exterior com o intuito “de se enriquecerem de conhecimentos, e virem depois ilustrar e instruir a pátria”. Dessa forma, o progresso narrado por Agostinho de Macedo em vigor no reinado de D. Maria demonstrava-se exemplar por ser equiparável ao realizado em outras nações descritas como as mais “iluminadas” ou “polidas”.⁵² Assim, o reinado de D. Maria tornava-se memorável por ter seguido o exemplo contemporâneo do reinado de D. José, que em grande medida havia rompido com os equívocos passados dos belicosos monarcas portugueses, como também por ter seguido o modelo de desenvolvimento comercial que se processou em outras nações da Europa.

Esse quadro positivo foi confrontado por Hipólito da Costa, que reeditou e publicou a *História de Portugal* em Londres no ano de 1809. O letrado luso-brasileiro substituiu o capítulo de Agostinho de Macedo por um de sua autoria, intitulado *História do Reinado de D. Maria I*. Assim como Macedo, Costa manteve a estrutura da obra organizada por Moraes Silva e limitou-se a acrescentar o último capítulo. Hipólito não concordava com o esboço idealizado do reinado de D. Maria narrado por Agostinho, a começar pelo título, talvez mais adequado a um panegírico do que uma história filosófica. Em sua versão expurga os termos “fiselíssima” e “nossa senhora”, já sinalizando que destacaria fatos omitidos na versão anterior.⁵³ A intenção foi desconstruir a perspectiva de Agostinho de Macedo, demonstrando as fragilidades de Portugal, ou seja, os entraves que impossibilitavam o desenvolvimento do reino.

Hipólito demonstra os equívocos perpetrados no reinado de D. José cometidos pelo Marques de Pombal, fundamentais para a compreensão da administração que se seguiu no reinado de D. Maria. Segundo o letrado luso-brasileiro, Pombal tinha trazido muitos benefícios para Portugal, porém, seus castigos arbitrários faziam com que o povo lhe odiasse. Nesse sentido, escreve: “O povo não podia sofrer ou ver tantos homens presos, degradados e sofrendo outros castigos, sem haver para isso procedimento algum de justiça ou formalidade de leis”.⁵⁴ O povo considerava Pombal um déspota e estando ele no ministério ainda no início do reinado de D. Maria I, “era tão maltratado no Paço, que pediu a Rainha a sua demissão, aos 6 de março de 1777”.⁵⁵ Hipólito expõe

⁵⁰ MACEDO, José Agostinho de. *História do Reinado...* *Op. cit.*, 1802, p. 98.

⁵¹ *Ibidem*, p. 138-139.

⁵² *Idem*.

⁵³ COSTA, Hipólito da. Prefácio a esta Edição. In: *História de Portugal composta em Inglês por uma sociedade de Literatos*. Traduzida em vulgar com as notas da edição francesa, e do tradutor francês Antonio de Moraes da Silva e continuada até os nossos tempos. Em Nova Edição: Tomo I. Londres: Oficina de F. Wingrave, T. Boosey; Duau & Co & Lackington; Allen & Co, 1809.

⁵⁴ COSTA, Hipólito da. *História do Reinado...* *Op. cit.*, 1809, p. 216.

⁵⁵ *Idem*.

que a rainha concedeu a demissão a Pombal “com algum pesar”, pois reconhecia “o merecimento do Marques”.⁵⁶ Todavia,

não obstante esta moderação da parte da Soberana, a alegria do Povo em ver o Marques abatido era maior do que se poderia esperar, se a nação se visse livre do jugo de um conquistador inimigo, ou outra calamidade notável; e disto foi a causa, o despotismo de sua administração; ainda que muitas vezes ele desprezasse as formalidades da justiça para o bem da nação; mas o povo supunha-se livre daquelas execuções sanguinolentas, que tinham presenciado, e que se haviam praticado sem os procedimentos de direito, e sem as evidências de provas, que tão exemplares execuções, sem dúvida exigiam. Assim a nobreza antiga o considerava como o destruidor da sua classe, e até como exterminador de suas gerações. O clero amaldiçoava-o como o inimigo de toda a Religião em geral, e o aniquilador da Católica em particular. O povo comum execrava-o, como a peste que tinha contaminado a sua pátria, para lhe cassar todos os direitos e privilégios.⁵⁷

Apesar de expor os aspectos negativos do reinado de D. José, ressaltando os ressentimentos contra o Marques de Pombal nutridos por todos os grupos sociais constituintes da nação, Costa não deixou de ponderar os benefícios trazidos para Portugal no seu governo, dando ênfase, assim, à superioridade desse ministro com relação aos seus sucessores eleitos por D. Maria I. Nesse sentido, o letrado luso-brasileiro escreve:

Os sucessores porém do Marques, que eram todos da facção oposta, e a cuja frente se achava o rei D. Pedro, cuidaram mais em expor os vícios do Marques do que em imitar as suas virtudes, e continuar os planos que ele começara; porque quando o Marques chegou ao governo, achou a agricultura em decadência, as artes desestimadas, e a indústria nacional quase extinta: e muitos ramos da administração pública dirigidos por estrangeiros aventureiros, que nunca tinham em vista senão o seu bem pessoal, sem que se importassem com os interesses ou honra da nação. Assim de fora vinha para o Reino o trigo, panos e etc.; a Coroa não tinha tesouro; e o erário estava exausto: a glória militar do Reino estava extinta; e a sua segurança dependia do precário capricho, ou negligencia dos seus vizinhos. Estes males havia, em grande parte, remediado o Marques; porém o despotismo do seu governo, como dito fica, obscureceu de maneira estes benefícios, que, antes do dia da coroação da Rainha se mandou cobrir de cal o busto do Marques, que estava no pedestal da coluna da estatua equestre, erigida em honra do rei D. José: e que ao depois se tirou de todo, pondo-se-lhe em seu lugar, as armas da Câmara de Lisboa.⁵⁸

Esses problemas permaneceram vigentes no reinado de D. Maria e confrontavam a imagem monumentalizada construída por Agostinho de Macedo. Hipólito da Costa ainda aponta um agravante, os ministros eleitos por D. Maria I eram da “facção oposta” e ao invés de superarem os equívocos do ministro anterior, “cuidaram mais em expor os vícios do Marques do que em imitar as suas virtudes e continuar os planos que ele começara”.

Para Hipólito da Costa, não era somente Portugal que necessitava superar os entraves para o seu desenvolvimento, pois toda a Europa se encontrava imersa na decadência que remontava à sua formação histórica após a dissolução do Império Romano. Nesse sentido, os povos de toda a Europa “gritavam” por “reformas” que se faziam necessárias, no entanto, muitas das que foram realizadas punham em evidência os “defeitos do sistema em geral”. Ainda pior, se faziam as revoluções, pois ao romperem com as “instituições antigas, que conservavam a ordem”, levaram a França “a uma horrível anarquia”.⁵⁹ Portanto, além de contestar o relato idealizado de Macedo apresentando dados conflitantes aos desse letrado, Costa mostra-se cético quanto à possibilidade

⁵⁶ COSTA, Hipólito da. História do Reinado... *Op. cit.*, 1809, 216.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 217-218.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 218.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 237.

de progresso inequívoco na história das nações europeias. Com efeito, ao perspectivar a história da Europa como um todo, diacrônica e sincronicamente, Hipólito da Costa, ao contrário de Agostinho de Macedo, não via a possibilidade daquelas nações se orientarem sem hesitações e retrocessos rumo ao desenvolvimento histórico progressivo, levando em consideração tanto os ideais revolucionários quanto os reformistas.

A propósito do ceticismo com relação às reformas empreendidas pelas nações europeias, o letrado escreveu:

O progresso das ciências e conhecimentos da Europa tinha feito descobrir aos homens instruídos e até aos povos, em geral, os defeitos inerentes à forma de Governo, e instituições feudais, introduzidas pelos Bárbaros do Norte, que fundaram as Monarquias modernas, sobre as ruínas do Império Romano. De muito tempo a esta parte gritavam os povos pela reforma, e ainda que, em quase todos os estados da Europa, se emendassem alguns inconvenientes parciais a isto, só se servia de mostrar mais os defeitos do sistema em geral, e ordem das coisas.⁶⁰

A narrativa de Hipólito da Costa se opõe à de Agostinho de Macedo não somente com relação à disputa de fatos isolados, já que a própria estruturação metanarrativa dos argumentos do letrado luso-brasileiro coloca em questão a possibilidade do progresso das nações europeias. Tal progresso histórico foi demonstrado de forma inequívoca na narrativa de Agostinho de Macedo sobre o reinado de D. Maria, pois o reino de Portugal foi compreendido como o reflexo bem sucedido de um modelo de desenvolvimento comercial cosmopolita empreendido por outras nações mais “iluminadas” e “polidas”. Dessa forma, era viável a eternização narrativa da exemplaridade do reino, tendo em vista que D. Maria possibilitou que Portugal se ranqueasse em paridade com as demais nações polidas da Europa. Todavia, para Hipólito da Costa, não havia modelos de desenvolvimento inequívocos a serem seguidos por Portugal, pois a herança do passado impulsionava as nações europeias às reformas, as reformas faziam com que os erros do passado fossem repetidos. Por sua vez, as alternativas políticas abertas pelas revoluções traziam a completa desordem e a anarquia.⁶¹

Contudo, mesmo estando envolvido em uma perspectiva cética sobre o progresso histórico, evidenciando no limite a sua impossibilidade, Hipólito da Costa não deixou de hierarquizar o que seria mais positivo e negativo para as nações, em especial, no que diz respeito a Portugal.⁶² Sendo assim, mesmo que as reformas em muitas ocasiões servissem somente para evidenciar “os defeitos do sistema em geral”, as mesmas eram superiores às revoluções, que destituíam as “instituições antigas, que conservavam a ordem”, possibilitando a instauração de “uma horrível anarquia”. Logo,

⁶⁰ COSTA, Hipólito da. História do Reinado... *Op. cit.*, 1809, p. 237. Grifo nosso.

⁶¹ *Idem*. Para além do ceticismo com relação às reformas, Hipólito da Costa rechaçava as revoluções, tendo em vista a desagradável experiência francesa: “Infelizmente quando o Governo da França se lembrou do expediente de começar uma reforma gradual, para acalmar os espíritos do povo, já estava a revolução nos ânimos tão adiantados, que esta medida só serviu de fogo à mina, e fazer rebentar a explosão. O povo francês, maníaco em reformar, derrubou uma vez por todas as suas instituições antigas, que conservavam a ordem; e insensivelmente se achou reduzido a uma horrível anarquia; e iludindo com toda a ideia de que gozavam liberdade, quando nem se quer governo tinham, quiseram os franceses introduzir as diferentes formas de governo, que sucessivamente inventavam para si, em todos os outros Estados da Europa: empregavam para isto, primeiro a persuasão, a força depois”. *Idem*.

⁶² Essa compreensão é compartilhada por João Pedro Rosa Ferreira, que a partir do *Correio Braziliense*, expõe: “O que estava ao alcance dos homens concretos era, nas próprias palavras do *Braziliense*, um ‘meio termo’, o ‘justo equilíbrio’ entre atitudes extremas, a contra-revolucionária e a radical. Procurava-se atingir o acessível: ‘Quando se trata do melhoramento de um governo, não é a sua bondade absoluta que se deve tomar em consideração; mas sim a sua bondade relativa, ou por outros termos, o grau de felicidade que a mudança pode trazer consigo’”. FERREIRA, João Pedro Rosa. O pensamento político de... *Op. cit.*, p. 3.

para Hipólito, era melhor a manutenção da ordem e das instituições antigas e o empreendimento de reformas graduais, tendo em vista a manutenção da ordem, do que a invenção de “diferentes formas de governo”, que podiam levar à completa anarquia.⁶³ Portanto, para o letrado luso-brasileiro, era possível o aprendizado com o passado de Portugal a partir de uma revisão seletiva do mesmo.⁶⁴ Essa compreensão foi decisiva para Hipólito empreender um balanço das reformas positivas e negativas realizadas no reinado de D. Maria.⁶⁵

Tanto Hipólito da Costa quanto Agostinho de Macedo possuíam a compreensão que escrever a história do reinado de D. Maria não significava compor uma crônica sobre as virtudes militares do reino e de sua soberana, pois as virtudes que Portugal cultivava ou necessitava cultivar no presente não eram as mesmas idealizadas pelos cronistas dos séculos passados. Os capítulos de ambos são vazados pela compreensão da singularização das épocas, da impossível coincidência entre presente e passado. No entanto, ambos posicionaram-se de formas distintas perante a aceleração do tempo histórico. Enquanto Agostinho de Macedo procurou controlar a aceleração histórica com uma narrativa capaz de circunscrever o reino de Portugal no curso do progresso, ratificando a capacidade da monarquia orientar a nação, monumentalizando o seu presente, Hipólito da Costa evidenciou como a crise é imanente ao processo histórico europeu, sendo a mesma experimentada de forma mais intensa em Portugal, fator decisivo para a ampliação da impossibilidade da tessitura de prognósticos seguros para esse reino, conceituado por muitos letrados como decadente.

3. Os desafios da narrativização: a crise e os limites da linguagem

Empreender a escrita da História de Portugal não era uma tarefa fácil. Ao traduzir e ampliar a macronarrativa presente na versão francesa da *Universal History*, Moraes Silva compreendia que a *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos* oferecida ao público lusófono era apenas um compêndio no qual se encontrava “unida a brevidade com a suficiência de notícias necessárias, a quem não pode ocupar-se na lição de outras mais dilatadas”.⁶⁶ No âmbito da Academia Real de Ciências de Lisboa, letrados como Antônio Caetano do Amaral, o abade José Correia da Serra e João Pedro Ribeiro, dedicaram-se ao labor historiográfico visando a composição de uma história moderna. Especificamente Caetano do Amaral, que apresentou em um projeto para a escrita da obra, em 1780.⁶⁷ No entanto, o letrado nunca chegou a finalizá-la, apesar das muitas memórias históricas de sua autoria publicadas pela Academia Real de Ciências.⁶⁸

⁶³ FERREIRA, João Pedro Rosa. O pensamento político de... *Op. cit.*, p. 3.

⁶⁴ Para um aprofundamento sobre os limites e possibilidades de aprendizado com o passado a partir da linguagem político-historiográfica tacitista em vigor nas narrativas de Hipólito da Costa no *Correio Brasiliense*, cf.: ARAUJO, Valdeí Lopes de; VARELLA, Flávia Florentino. As traduções do tacitismo no *Correio Brasiliense* (1808-1822): contribuição ao estudo das linguagens historiográficas. In: GALERY, Maria Clara Versiani; PERPÉtua, Elzira Divina; HIRSCH, Irene (orgs.). *Tradução, vanguarda e modernismos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

⁶⁵ COSTA, Hipólito da. História do Reinado de D. Maria I. In: *História de Portugal...* *Op. cit.*, p. 233; 255-256.

⁶⁶ MORAES SILVA, Antonio. Prefácio do Tradutor. *Op. cit.*, p. 1.

⁶⁷ AMARAL, Antonio Caetano do. Projeto de uma História Civil da Monarquia Portuguesa, apresentado na Academia das Ciências na Assembleia de 19 de Julho de 1780. In: RAMOS, Luís A. de Oliveira. Antônio Caetano do Amaral e a história portuguesa. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. XXX, p. 497-512, 1983.

⁶⁸ SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A reflexão histórica na Classe de Literatura Portuguesa entre a ciência natural e o direito pátrio. In: *Maquinações da Razão...* *Op. cit.*

Um grande obstáculo para a finalização de uma história moderna de Portugal foram as sucessivas crises. As Invasões Napoleônicas tanto dificultaram a execução dos empreendimentos literários da Academia Real de Ciências,⁶⁹ quanto intensificaram a demanda imediata pela escrita da história contemporânea das guerras.⁷⁰ A transferência da Corte, por sua vez, foi decisiva para que letrados luso-brasileiros e britânicos passassem a se interessar ainda mais pela história do Brasil em detrimento da história de Portugal.⁷¹ O historiador britânico Robert Southey (1774-1843), por exemplo, que possuía o projeto de escrever uma história de Portugal em dimensões Imperiais, tinha a intenção que a história do Brasil fosse a última a ser publicada. No entanto, a transferência da Corte foi decisiva para que Southey iniciasse o projeto pela escrita *História do Brasil*, publicada em três volumes nos anos de 1810, 1817 e 1819. A parte europeia da obra, que mais entusiasmava o historiador, nunca foi publicada.⁷²

Os horizontes de possibilidade de narrativização da experiência moderna da história de Portugal em perspectiva diacrônica emergiram enredados à constatação de que o futuro dessa nação estava ameaçado. O ministro Dom Luís da Cunha (1662-1749) não tinha dúvidas em afirmar já em meados do século XVIII que em face à ameaça de anexação de Portugal pela Espanha uma solução possível para a manutenção da soberania era a fundação de um Império na América, cujo centro seria o Rio de Janeiro.⁷³ O militar irlandês James Ferrier, em seu relato de viagem escrito sob o pseudônimo de William Costigan, acreditava que devido à decadência e barbaridade em vigor em Portugal em pleno século XVIII, essa nação brevemente se tornaria uma província da mais desenvolvida Espanha. Portanto, segundo o fictício Costigan, para conhecer Portugal não era preciso investigar o seu passado e escrever uma história filosófica, bastava observar o presente, que denunciava a flagrante barbaridade e superstição em vigor no reino por séculos.⁷⁴

O letrado britânico William Taylor (1765-1836), estudioso da literatura alemã e crítico literário em periódicos, ao se corresponder com Robert Southey e discutir a importância da *História de Portugal* do amigo, escreveu em 1803: "mas quem se preocupa ou sabe qualquer coisa sobre os valores de Portugal para além de estudantes peculiares? Sua história poderá, de fato, servir para

⁶⁹ Apesar das dificuldades trazidas pelas Invasões Napoleônicas, José Guilherme Cristiano Müller, secretário da Academia, fez o balanço das produções dos sócios no período. Cf.: MÜLLER, João Guilherme Cristiano. Discurso Histórico pronunciado na sessão publica da Academia Real das Ciências de Lisboa, de 24 de Julho de 1810; e, Discurso Histórico. Pronunciado na Sessão Pública da Academia Real de Ciências de Lisboa em 24 de Julho de 1812. In: *Memórias de Matemática e Física da Academia R. das Ciências de Lisboa*. Tomo III. Parte II. Lisboa: Tipografia da Academia, 1814, respectivamente, p. 1-18; 19-52.

⁷⁰ A título de exemplo, destacamos a obra de José Acúrsio das Neves, que foi bem recebida pela Academia Real de Ciências. Cf.: NEVES, José Acúrsio das. *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa: Oficina de Simção Thaddeo Ferreira, 1810, 5 vols.

⁷¹ ARAUJO, Valdeir Lopes de. Formas de ler e aprender com a História no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 85-98, 2009.

⁷² RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

⁷³ CUNHA, Dom Luís da. Apêndice: Parte final do manuscrito de Dom Luís da Cunha existente na Biblioteca da Ajuda [...]. In: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. "Todo o Bem que a Velha Tem": O Brasil no pensamento diplomático português do século XVIII. Vitória: PPGHIS, 2005, p. 63-75.

⁷⁴ COSTIGAN, Arthur William. *Sketches of Society and Manners in Portugal: in a series of Letters from Arthur William Costigan, Esq; late a captain of Irish brigade, in the service of Spain, to his brother in London*. Vol. II., 1787, p. 292-293.

popularizá-la, e certamente para preparar a oração fúnebre de uma nação que provavelmente será brevemente sepultada.⁷⁵

A possibilidade da perda da soberania de Portugal confrontava os letrados que se comprometiam com a escrita da história da nação neste contexto. A questão que se manifestava de forma latente pode ser definida da seguinte forma: como escrever a história de uma nação decadente? Agostinho de Macedo solucionou esse problema ao escrever a história do tempo presente ratificando o progresso do reino. O reinado de D. Maria foi concebido como uma continuidade aperfeiçoada do reinado de Dom José, sendo caracterizado como um momento singular na história, que rompia com as épocas passadas imersas em erros. Assim, a perfectibilidade do presente estabelecia sua exemplaridade atemporal e se fechava para as imprevisibilidades do futuro. Dessa forma, se Agostinho de Macedo destituiu em princípio a dignidade dos relatos dos cronistas antigos ao não narrar exclusivamente os feitos político-militares exemplares dos monarcas, restituiu-a esteticamente ao fazer um relato memorialístico monumentalizador dos feitos da rainha, viabilizadores da fundação de uma nova época, tão exemplar em si mesma, que renegava à história a possibilidade de transformação.

Apesar dessa atitude reativa às inúmeras narrativas nacionais e estrangeiras que evidenciavam a decadência de Portugal, Agostinho de Macedo não poderia garantir para o leitor essa segurança inabalável do presente. A sua monumentalização do presente apontava para o que estava latente, ou seja, a própria presença da experiência da decadência narrada na *Description*, traduzido do francês por Moraes Silva. A violência da síntese filosófica de matriz radical ilustrada do capítulo introdutório foi notada e rechaçada por José Carlos Pinto de Souza, que afirmou as semelhanças desse texto com a obra *État présent du Royaume de Portugal*, escrita pelo então revolucionário francês Charles-François du Périer Dumouriez (1739-1823), descrito pelo letrado português como um “imprudente impostor” responsável por divulgar impropriedades sobre esta nação na Europa.⁷⁶ Segundo Pinto de Souza, a *História de Portugal* compilada possuía algum valor pelas críticas empreendidas nas “sábias notas” do “douto Tradutor”.⁷⁷ Fica latente que para Macedo a violência da crítica enunciada no capítulo introdutório poderia ser domesticada pelo seu capítulo conclusivo sobre o reinado de D. Maria. Contudo, o agravamento da crise com a Invasão Napoleônica e transferência da Corte denunciaram ainda mais a impossibilidade da confirmação narrativa da monumentalização do presente de Portugal.

Hipólito da Costa não tinha dúvidas que o futuro dessa nação estava ameaçado. Para ele, a intensidade da crise impossibilitava que a história contemporânea fosse reduzida a uma narrativa harmônica e homogeneizadora. Perante isso, Hipólito escreve no prefácio à sua edição da *História de Portugal*:

A Grande aceitação que tivera este resumo da história de Portugal fez com que se desejasse, nesta nova edição, um aditamento que compreendesse a história do

⁷⁵ No original: “but who else cares or knows anything about the worthies of Portugal but such peculiar students? Your history may indeed serve to popularize them, and it is right to prepare the funeral oration of a nation so likely to be soon entombed”. Grifo nosso. TAYLOR, William. *A Memoir on the Life and Writings of William Taylor of the Later William Taylor Of Norwich*. BOBBERDS, J. W. (ed.). Vol. I. London: John Murray, Albermale Street, 1843 [1803], p. 433.

⁷⁶ PINTO DE SOUZA, José Carlos de. *Biblioteca Histórica de Portugal, e seus Domínios Ultramarinos*. Lisboa: Tipografia Calcografica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego, 1801, p. 346-358; 392-394.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 394.

Reinado de D. Maria I, que Deus guarde; incumbiu-se-me esta tarefa; e não podendo eu fazer resumo de uma história que ainda ninguém havia escrito, julguei que devia contentar-me com fazer um esboço que se assemelhasse ao resumo precedente. Haviam já tentado isto na edição de Lisboa de 1802, mas eu julguei que devia seguir outra vereda, e tocar muitos fatos que naquele compendio se omitiram; dando a outros uma forma algum tanto diferente do que ali se acha. O Público decidirá, qual destes epitomes se aproxima mais ao verdadeiro e ao imparcial; os mesmos fatos tocam diferentemente, diferentes pessoas, e cada um os refere, segundo a impressão que lhe fazem.⁷⁸

Hipólito evidencia em seu prefácio a insuficiência da obra traduzida e do seu capítulo incorporado em substituição ao de Agostinho de Macedo. O letrado deixa claro que a *História de Portugal* compilada por Moraes Silva não passava de um “resumo” e que seu capítulo sobre o reinado de D. Maria era apenas um “esboço”. O que Hipólito acreditava ser possível é que seu esboço fosse mais próximo ao “verdadeiro e ao imparcial”, já que o de Agostinho de Macedo omitia muitos fatos. Todavia, seu esboço nunca poderia ser uma verdade absoluta, pois as constantes mudanças do processo histórico eram decisivas para a multiplicação de narrativas, possibilitando “os mesmos fatos” tocarem de forma distinta “diferentes pessoas”, já que “cada um os refere, segundo a impressão, que lhe fazem”. A dimensão sentimental de como as pessoas são tocadas em seu íntimo pelos eventos e suas narrativas é valorizada pelo letrado luso-brasileiro, que logo afirma que cabe ao público decidir qual representação se aproximaria mais do verdadeiro.

Portanto, a boa narrativa histórica para Hipólito não era a que se propunha estabelecer uma verdade única para o leitor e sim aquela que tocasse os sentimentos e despertasse o senso de moralidade para a tomada de decisões arrazoadas em um contexto de crise e aceleração do tempo histórico, que colocava em cheque a possibilidade da permanência de certezas atemporais. Dessa forma, Hipólito não se constrangeu em buscar tocar a sensibilidade dos seus leitores ao evidenciar as fragilidades de Portugal. No *Correio Brasiliense*, o letrado narrou tanto a experiência do atraso e decadência de Portugal, exemplificada pelo caráter retrógrado de sua aristocracia, quanto a importância da transferência da Corte e seu estabelecimento no Brasil para a manutenção da soberania e unidade de um futuro Império constitucional.⁷⁹ O coroamento da centralidade conferida à experiência da história da nova sede do Império se deu com a formalização de um projeto de escrita da *História do Brasil*, apresentado para os leitores em 1816.⁸⁰

As aceleradas transformações do processo histórico colocavam limites à possibilidade da linguagem representar as coisas de forma especular, sendo tal dificuldade maximizada ainda mais no que diz respeito à história de Portugal, uma nação que experimentava a crise contemporânea de forma intensa e via seu futuro ameaçado. Os desafios implicados na composição da *História do Brasil*, que exigia uma ampla coleta de materiais, também evidencia o árduo desafio moderno de se aprender com a história.⁸¹ Para a composição da obra, o letrado solicitou o auxílio dos leitores do periódico para a coleta de manuscritos e memórias sobre múltiplos contextos e temas. O projeto da obra nascia enredado ao impulso revisionista. Para Hipólito, as obras de autores estrangeiros como

⁷⁸ COSTA, Hipólito da. Prefácio a esta Edição. *Op. cit.*, 1809. Grifo nosso.

⁷⁹ FERREIRA, João Pedro Rosa. O pensamento político de Hipólito da Costa. *Cultura*, v. 22, p. 1-18, 2006, p. 4.

⁸⁰ COSTA, Hipólito da. História do Brasil: Anúncio ao Público. In: *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, v. XVII. Londres: impresso por W. Lewis, na Oficina do Correio Braziliense, St. John Square, Clerkenwell, jul. 1816, p. 300-301.

⁸¹ ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a Permanência da Expressão História Magistra Vitae no Século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, Helena Miranda. *Aprender Com a História? O Passado e o Futuro de uma Questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 131-147.

Robert Southey e Alphonse de Beauchamp eram equivocadas por “viciar” os “manuscritos” pela “ignorância da língua”.⁸² Por mais que sua *História do Brasil* tivesse aspirações monumentais ao se propor realizar uma ampla síntese macronarrativa de memórias e manuscritos, o letrado luso-brasileiro possuía a compreensão já enunciada previamente que “os mesmos fatos tocam diferentemente, diferentes pessoas, e cada um os refere, segundo a impressão, que lhe fazem”. Nesse sentido, Hipólito visava confrontar essa multiplicação desorientadora das narrativas com sua macronarrativa, pois acreditava na possibilidade de excitar sensorialmente o juízo moral dos seus leitores ao enredá-los na abertura de uma nova experiência histórica para o Império Luso-brasileiro.

Em face à perda da normatividade do passado e da impossibilidade de tecer prognósticos plenamente seguros em um contexto de transformações aceleradas, Agostinho de Macedo respondeu à crise monumentalizando narrativamente o presente de Portugal. Hipólito da Costa, por sua vez, reconhecia os limites dos usos do passado para a orientação do presente, o que era evidenciado na ineficácia de muitas reformas empreendidas por D. Maria I. Também sentia temor com relação aos riscos catastróficos que poderiam advir com a abertura do futuro por mudanças revolucionárias. A despeito dos projetos políticos secundados pelos letrados abordados, podemos evidenciar o processo descontínuo e complexo de corrosão da possibilidade de se reduzir a experiência da história a uma verdade última. Agostinho de Macedo tentou realizar esse empreendimento a partir da adição de um capítulo final à *História de Portugal* traduzida por Moraes Silva que, por si mesma, evidenciava a crise das representações ao oferecer uma multiplicidade de narrativas conflitantes para seus leitores.

⁸² COSTA, Hipólito da. Mapa Geográfico, Histórico e Mercantil. In: *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, v. XX. Londres: Impresso por L. Thompson, Na Oficina do Correio Brasiliense, Great St. Helens, Bishopsgate Street, 1818, p. 70.